

AS IMPLICAÇÕES DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES SOCIO-EDUCACIONAIS

Vitória Carolina Santos Silva; Shirley Emannelle de Lima Santos; Valdice Barbosa da Silva; Karla Lécia Barros Nunes.

Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: vitorya610@gmail.com. Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: emannuelleshirley@gmail.com. Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: valdicebarbosads@gmail.com. Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: karlalbn@hotmail.com.

RESUMO

Sabemos que desde sua gênese, a educação atendia e se organizava de acordo com os interesses da coletividade, no entanto, imersa ao cenário de submissão dos modos de produção que influenciaram o desenvolvimento das relações sociais e conseqüentemente a educação, esta acaba perdendo seu caráter social transformando-se em um instrumento de alienação de extrema relevância para o capital. Sendo assim, podemos partir do pressuposto de que o trabalho, no seu sentido ontológico é fundamento do ser social, o que nos auxiliará na compreensão das implicações do capital no desenvolvimento das relações sociais e da educação. Desta forma, o presente artigo tem por objetivo compreender como a exploração do trabalho influencia as relações sócio educacionais, sendo desenvolvido a partir de uma análise das relações de suas contradições, bem como das transformações da educação frente ao capital, por meio de uma pesquisa bibliográfica fruto de análises e discussões referidas pelos autores consultados acerca da temática, que busca explicitar o quão importante e difícil é o desligamento da educação e das relações sociais dessa crise estrutural instalada no nosso contexto hodierno. O método utilizado parte da ontologia marxiana entendendo que para entender a realidade concreta objetiva deve-se ir além das aparências para alcançar a compreensão ontológica das particularidades, singularidades e da totalidade social, sobretudo no interior da lógica contraditória do capital.

Palavras-chave: Capital, Educação, Trabalho.

INTRODUÇÃO

O trabalho, de acordo com a tradição marxiana, é a categoria fundante do ser social, responsável, ineliminavelmente, para atender as necessidades humanas, seja do corpo ou do espírito; logo, todos os complexos sociais são fundados pelo trabalho. A educação, nesse sentido, torna-se uma categoria fulcral para a produção e reprodução social, mantendo a sua especificidade e a complexidade em cada momento histórico, preparando os indivíduos a responder adequadamente as demandas sociais impressas pelo modo de produção vigente, assim como tem a função de reprimir ideias, comportamentos, valores, crenças etc. que não sejam correspondentes. Na sociabilidade capitalista, a educação além de se voltar ideologicamente para manutenção da ordem, deve “formar” os indivíduos para o mundo do trabalho, apenas para reproduzir, sem questionamentos, a ordem imposta, onde cada classe é formada/preparada para assumir um espaço específico nesta sociedade, reproduzindo os seus valores. Contudo, isso não pode ser tomada como função absoluta da educação, pois a medida

que a sociedade se desenvolve as relações sociais tornam-se cada vez mais complexas, complexificando também os indivíduos.

Nesse sentido uma educação voltada apenas para o mercado de trabalho não possibilita que os sujeitos desenvolvam completamente as suas potencialidades, de maneira que numa sociedade do tipo capitalista a formação dos indivíduos, sobretudo da classe trabalhadora, está subsumida tão somente as necessidades do capital. Levando em consideração a educação e os limites das forças produtivas na sociedade primitiva, a educação daquele período conseguia estabelecer uma relação de fraternidade e interesse comum que o modo de produção capitalista não consegue realizar, mesmo tendo uma capacidade produtiva nunca vista na história humana. Segundo Ponce (2007, p. 19) “[...] *o ensino era para a vida e por meio da vida*” (grifo do autor). Ou seja, as crianças eram educadas observando os mais velhos e trabalhando junto com os mesmos, tomando parte das funções da coletividade dentro dos limites de suas capacidades.

Desse modo podemos inferir que o trabalho – ato fundante do ser social, como aponta Marx, Engels, Lukács, entre outros – é gerador de todos os outros complexos sociais. Como atualmente estamos inseridos no modo de produção capitalista, o trabalho foi sendo gradativamente absorvido pela lógica do capital, tendo sua característica primordial e contraditória, produzir riqueza na mesma proporção que se produz miséria, comumente velada por todo um aparato ideológico que, infelizmente, a educação faz parte e contribui eficientemente para ampliação do processo alienatório, de exploração e conservação do *status quo*.

METODOLOGIA

Este artigo foi desenvolvido a partir do método que parte da ontologia marxiana entendendo que para entender a realidade concreta objetiva deve-se ir além das aparências para alcançar a compreensão ontológica das particularidades, singularidades e da totalidade social, sobretudo no interior da lógica contraditória do capital, bem como de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2002, p. 44) “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Sendo assim, o presente trabalho tem como foco principal a discussão a respeito da educação e das relações sociais frente a exploração do trabalho, fazendo um recorte histórico de como se dava a educação desde a comunidade primitiva, até os dias atuais em uma sociedade capitalista, marcada pelo capital, com o objetivo de investigar as relações

intrínsecas existentes entre a educação e a sociedade, partindo de uma análise ontológica do ser social. Utilizando como referencial teórico: Chasin (2017), Lessa e Tonet (2011), Maceno (2017), Ponce (2007), Santos Neto (2015) e Tonet (2016), para que fosse possível melhor fundamentar e argumentar a respeito do tema.

A educação e as relações sociais frente à exploração do trabalho

De acordo com Maceno (2017), a educação é um complexo indissociável da sociedade sendo, que a sua origem e função social emergem com o surgimento de um ser mais complexo dessa forma, não se pode compreender a categoria educação sem que se apreenda corretamente a origem do ser social. Marx e Lukács trazem a origem do ser social a partir de um salto ontológico que impulsiona o seu desenvolvimento, sendo esse salto ontológico realizado pelo trabalho, isto é, pelo intercâmbio orgânico que o homem realiza com a natureza, produzindo a riqueza material da sociedade dos homens. De acordo com Lukács (2013, p. 44):

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

O trabalho é entendido como o ato fundante do ser social; sendo assim, a história da humanidade tem o trabalho como a base da construção material e espiritual do mundo dos homens, uma vez que o trabalho não somente funda o ser social, mas todos os complexos sociais existentes, pois através da transformação da natureza, a partir das necessidades que se apresentam numa dada realidade, estabelecem-se nexos causais que conduzem a um desenvolvimento que não seria possível sem a intervenção humana na transformação da natureza como ressalta Lessa e Tonet (2011, p. 51): “Para Marx, os homens são artífices de sua própria história. [...] quando os homens transformam a realidade, tipicamente por meio do trabalho, também se modificam e se constroem como seres humanos”.

Essa transformação da natureza só é possível em razão de já existir na espécie humana as potencialidades exigidas para que fosse possível a realização do trabalho e, por conseguinte, o salto ontológico do homem ainda em sua condição pré-humana ao ser social. Para melhor exemplificar, o trabalho é uma objetivação de uma prévia-ideação, onde é traçado previamente na consciência humana a finalidade que se pretende alcançar

subsequentemente isso significa que está imbricado uma dimensão social incomensurável, pois esta passa a fazer parte da história humana, influenciando-a e recebendo influências da mesma, fato que abre novas possibilidades para o desenvolvimento, tanto dos indivíduos quanto da sociedade, ou seja, os conhecimentos e habilidades adquiridos mediante ao trabalho do indivíduo tornam-se também patrimônio da humanidade, havendo assim, para Chasin (2017), uma dialética entre sujeito individual e sujeito coletivo. Com ressalva para o fato de que é somente a partir do trabalho que o indivíduo consegue se diferenciar de outros animais e se torna um ser social, o qual sempre estará em constante desenvolvimento subjetivo e materialmente. De acordo com Tonet (2016, p. 122):

À diferença dos animais, nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. Precisamos aprender o que temos que fazer. Precisamente porque o trabalho implica teleologia, isto é uma atividade intencional prévia e a existência de alternativas. Nada disto é biologicamente pré-determinado. Precisa ser conscientemente assumido. Daí a necessidade da educação, vale dizer de um processo de aquisição de conhecimentos.

Nesta perspectiva Maceno (2017, apud LUKÁCS, 2013, p. 176), reitera que a educação dos homens os instrui para agir em situações de uma determinada sociedade, esperando que estes ajam de maneira adequada para uma dada realidade histórica. Porém não se pode determinar os resultados de uma objetivação, tornando o processo de aquisição de conhecimentos contínuo, sendo imprescindível obter novas alternativas para responder os possíveis resultados de uma objetivação de uma prévia ideação.

Como já salientamos anteriormente, o trabalho transforma uma singularidade em ser social, cujas experiências adquiridas através da transformação do meio em que vive ampliam suas capacidades e possibilidades. As ações humanas possuem uma história própria que se desenvolve em direções não controláveis, isto é, a consciência e os objetos produzidos pelo trabalho dos indivíduos são distintos, mas fazem parte do mesmo estatuto ontológico, por isso as ações do trabalho dos indivíduos possuem consequências inesperadas que independem da vontade dos sujeitos. Em outras palavras, as ideias se transformam em produtos objetivos e passam a existir fora da consciência, daí a afirmação de que as ações do trabalho dos indivíduos possuem consequências não controláveis. Antes de adentrarmos na realidade do trabalho frente ao capital, nos convém afirmar, referente ao que já foi exposto, que só é/foi possível conhecer a realidade objetiva por um elevado nível de consciência, que teve sua força propulsora no trabalho; por isso, é necessário um conhecimento adequado sobre o que se deseja objetivar, cabendo à consciência emitir um conhecimento adequado da realidade que se deseja transformar para que o previamente pensado se efetive.

O trabalhador antes era livre para produzir aquilo que lhe fosse conveniente e transformava a natureza para benefício de toda a comunidade, ou seja, trabalhava e usufruía o produto de seu trabalho (valor de uso); agora, na sociedade capitalista a natureza é transformada com “espírito” de acumulação e venda (valor de troca), ou seja, na sociedade capitalista, tornou-se obrigado a vender sua força de trabalho para o capitalista (LESSA e TONET, 2011). Ao comprar a força trabalho, o capitalista deve pagar um salário mensal ao trabalhador como resultado dessa troca, transferindo gratuitamente para o empregador a maior parte de seu trabalho, produzindo mais-valia (absoluta e/ou relativa, ou, ainda, ambas as formas) e, por conseguinte, gerando lucro e acúmulo de capital para o burguês. Assim podemos dizer que o trabalho assalariado, característica da escravidão moderna, não surgiu para melhorar e valorizar as condições de vida da classe trabalhadora, mas sim para corresponder aos interesses do próprio capital (SANTOS NETO, 2015).

A educação na escravidão moderna, voltada aos interesses do capital - tal como o trabalhador - é caracterizada pelo trabalho assalariado que naturaliza essa forma de exploração como algo justo, uma vez que ela está de acordo com as normas jurídicas firmadas entre as classes sociais (capitalista e proletariado), sob a ingerência do Estado, ou seja, os verdadeiros produtores (o proletário), durante esse processo, entendem que o salário pago corresponde, de fato, a jornada de trabalho, entrando num processo de alienação onde não mais se reconhece como verdadeiro produtor das riquezas sociais, assim como a única classe capaz de assumir a tarefa histórica de romper com o capital.

De acordo com Mészáros, o capital, enquanto sistema de controle social pode emergir-se e triunfar sobre seus antecedentes históricos, ignorando às verdadeiras necessidades humanas, isto é, os valores de uso. Estamos imersos em um cenário de submissão à uma crise profunda do capital que afeta toda a humanidade e seus complexos sociais, dessa forma, assim como os modos de produção as relações sociais também são determinadas pela maneira que uma sociedade se organiza, sendo esta movida pelos interesses do capital. Para compreendermos essa inversão das relações sociais, tomaremos a exemplo as comunidades primitivas, onde as relações sociais se davam de acordo com os interesses da coletividade, entretanto, nas sociedades capitalistas essas relações se invertem reduzindo os interesses da coletividade aos meros anseios privados do capitalista (PONCE, 2007).

Assim como as relações sociais que perderam seu caráter coletivo, a educação que antes atendia e se organizava de acordo com os interesses e necessidades coletivas, transforma-se nas mãos do capital em um verdadeiro instrumento de reprodução dos interesses dominantes e de alienação, reduzindo os interesses da coletividade aos anseios

capitalistas, cujos valores da classe dominante formam futuros trabalhadores submissos uma vez que não seria conveniente para o capital formar sujeitos críticos e conscientes de sua verdadeira condição social, que posteriormente questionem e, conseqüentemente, anseiem por uma sociedade igualitária, pois são os trabalhadores os únicos que possuem em seu gérmen a potencialidade de eliminar todos os fatores que constituem o contorno e a forma da sociedade capitalista, a fim de erradicá-la em nome de uma sociedade emancipada, pois, o que foi criado pelos homens, por eles pode ser destruído.

Quando tratamos da educação e de todo o processo histórico permeado por ela, é pouco provável que os indivíduos compreendam que esta possui uma larga dimensão social. No entanto, se verificarmos como a educação teve início, evidenciaremos que ela surgiu para atender as necessidades sociais, conforme traz Ponce (2007, p. 21):

[...] numa sociedade sem classes como a comunidade primitiva, os fins da educação derivam do ambiente social, identificando-se com os interesses comuns do grupo e se realizam em todos os seus membros, de modo espontâneo e integral: *espontâneo* na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculca-los, *integral* no sentido que cada membro da tribo incorporava mais ou menos tudo o que na referida comunidade era possível receber e elaborar. (Grifo do autor)

Assim, entender como surgiu a educação é equivalente a compreender a sua natureza e finalidade social, e que tentar compreendê-la isoladamente é impossível, já que se trata de uma particularidade social inextricável de sua totalidade. Ou seja, ao analisarmos alguns traços das primeiras práticas educacionais, evidenciamos que desde sua gênese, a educação atende a uma finalidade social, imposta pelo modo de produção de cada sociedade, sendo esta responsável por determinar em cada indivíduo e sociedade, os valores, as ideias, o comportamento, as representações, entre outras, que são fundamentais para uma dada realidade histórica.

Considerando os caminhos em que se discutem as ideias educacionais totalmente desvinculadas ao desenvolvimento das relações sociais, as quais estão fortemente atreladas aos modos de produção, é preciso deixar claro que os fins educacionais dependem unicamente da maneira em que a sociedade produz e se reproduz, preparando os indivíduos direta ou indiretamente para atender as demandas de um determinado momento histórico. Ou seja, desde sua origem, a educação atende a uma finalidade social, seja nas comunidades primitivas, nas quais os indivíduos na ausência de instituições formais, “eram moldados aos padrões reverenciados pelo grupo” (PONCE, 2007, p. 18); seja nas sociedades de classes onde a educação era “organizada para atender a reprodução da sociedade de modo a privilegiar os interesses da classe dominante” (TONET, 2016, p. 126).

Nesta perspectiva, para entender a educação em seu sentido ontológico, é preciso compreender que esta educação se constituía e é constituída como um complexo social, desde as primeiras formas de organizações existentes entre os homens

CONCLUSÕES

Levando em consideração tudo que foi citado, quando o trabalho transforma o homem em ser social, automaticamente, tornamo-nos responsáveis pela construção de nossa própria história, de maneira que a sociedade criada a imagem e semelhança do capital pode e deve ser superada. Por sua vez, a sociedade capitalista utiliza-se do mecanismo ideológico que vela a consciência dos indivíduos através de vários complexos ideológicos, tendo como um dos principais, a educação. Na sociedade primitiva, o indivíduo transformava a natureza para benefício da comunidade, ou melhor, para benefício de todos que viviam em coletividade, trabalhava-se e usufruía o produto de seu trabalho; agora, a natureza é transformada com o objetivo de vender e acumular capital, visto que em uma sociedade de classes, *“a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência”* (PONCE, 2007, p. 171) (grifo do autor).

Por isso, o trabalhador entra em processo de alienação, pelo fato de que agora precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver, submetendo-se a uma ordem (im)posta. A educação deve ser um instrumento (não somente ela) que nos estimule a reconhecer que somos sujeitos responsáveis pela construção de nova forma de sociabilidade, porém, as reformas realizadas pelo Estado burguês na educação efetivam-se com o objetivo de gerar mais lucro e acúmulo de riqueza para os capitalistas; por conseguinte, produz mais desigualdades. Sendo assim, quanto mais a educação estiver próxima das limitadas demandas do capital, a formação da classe trabalhadora nunca se realizará em sua plenitude.

Consequentemente, a educação torna-se subordinada aos interesses do capital, sendo esta matriz de desigualdades sociais, produzindo indivíduos alienados, submissos ao capital e as exigências da classe dominante, que aceitam o que é imposto pelo fato de não terem uma condição melhor, como também uma subjetividade rebaixada, sendo forçosamente posto numa posição de subalternidade.

No entanto, em uma sociedade de classes, por mais que a educação seja um direito universal, o acesso a esta é limitado, colocando obstáculos na realização da natureza humana, visto que, o objetivo da classe dominante não é retirar a educação da classe trabalhadora, mas

sim utilizar a educação como um instrumento de alienação das massas, com a finalidade de limitar a consciência das camadas mais populares, interferindo assim no pensamento crítico das mesmas, retirando a possibilidade de um pensamento revolucionário.

REFERÊNCIAS

CHASIN, José. **Método Dialético**. Mimeo, 2017.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução À Filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**, 2. São Paulo Boitempo, 2013.

MACENO, Talvanes Eugênio. **Educação e Reprodução Social: a perspectiva da crítica marxista** – São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e Trabalho na Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

TONET, Ivo. **Educação Contra o Capital** – 3. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.